

A COLUNA PRESTES E SUA PASSAGEM PELO MUNICÍPIO DE CONDEÚBA

Gildásio Alves dos Santos (Uesb)

gildasioalves@gmail.com*

1. ORIGEM E EVOLUÇÃO POLÍTICA

Situada na Serra Geral, a região de Condeúba passou a ser explorada pelos portugueses no início do século XVIII, precisamente 1720. O que motivou a vinda dos bandeirantes para a região de metais preciosos e *o relacionamento de Minas Novas e Rio de Contas* (MEDEIROS, 1994, p.1). A construção de uma capela permitiu que, em 1745, se formasse a primeira povoação chamada de Santo Antônio da Barra do Sítio de Condeúba.

Desde 1831, o povoado de Santo Antônio da Barra pertencia a província de Minas Gerais. A mudança de jurisdição só ocorreu após 1839, época em que Santo Antônio da Barra atingiu a população estimada de dez mil habitantes, valendo ressaltar que isso foi uma reivindicação dos dirigentes locais (AGUIAR, 1979, p. 187.).

A freguesia de Santo Antônio da Barra foi criada em 19 de maio de 1851, através da Lei Provincial nº 413 em função do crescimento do local. Com o desmembramento da freguesia, que anteriormente pertencia ao município de Caetité, nasceu em 11 de junho de 1860, a vila de Santo Antônio da Barra. A população cresceu consideravelmente, registrando 21.023 habitantes no censo geral de 1872, e 28.291 em 1892.

Ganhar o estatuto da cidade, uma antiga aspiração da comunidade, só ocorreu em 28 de junho de 1889 (há menos de cinco meses para a proclamação da República), com a mudança do topônimo para Condeúba.

A partir de 1911, Condeúba passou a ter uma nova divisão administrativa composta por cinco distritos: São Felipe, São João do Alípio, Santa Rosa e Candeal, além do distrito-sede, Condeúba.

Na década de 20, Condeúba passou a figurar no seleto grupo das dez maiores cidades do Estado da Bahia e segundo o censo demográfico de 1920, a população do município atingiu 60.297 habitantes (MELLO E SILVA, 1989, p. 163).

No século XX, após a enchente, Condeúba foi se estruturando e ganhando expressão econômica, social e política. Nos dias de feira, a cidade se transformava num centro de convergência econômica, atraindo a população dos municípios que estavam ao seu redor.

* Graduado em História e Prof. Especialista em Educação, Cultura e Memória pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (Uesb).

O jornal “O Condeúba” circulou pela primeira vez em 12 de outubro de 1916, sendo recebido com muito entusiasmo pela população. Dizia-se órgão independente e de interesse geral do sertão e era impresso na tipografia do Capitão José Viera. A publicação circulava quinzenalmente. O perfil deste periódico era tipicamente de uma imprensa comprometida com as causas da República Velha, contrária aos movimentos de caráter reformista como o tenentismo. Após modernização do parque gráfico, além da impressão do jornal, a Tipografia Viera ainda foi responsável pela publicação da Memória Descritiva de Condeúba em 1924.

2. CONDEÚBA NO CONTEXTO DA REPÚBLICA VELHA

Reproduzindo a estrutura política da República Velha, Condeúba só contava com 525 eleitores em 1924, grupo reduzido que tinha o direito ao voto. Em cada distrito de Condeúba funcionava uma seção eleitoral.

Quanto a evolução política de Condeúba, o que nota-se é a predominância da família Torres no poder no período de 1896 a 1911. Já entre 1912 e 1919, o Tenente Coronel Manoel de Assis Ribeiro, ligado à família Cordeiro e Silva, é que governa Condeúba. Os Torres retornaram ao poder com o comerciante João da Silva Torres, sucedido por Remígio José da Silva. Todavia, podemos perceber que mesmo em meio a esta disputa política, o Conselho Municipal tinha uma renovação muito pequena.

Na república oligárquica, o poder federal é detido por um grupo reduzido de políticos que, em linhas gerais, define legislação e escolhe: presidentes, governadores, parlamentares, juízes e chefes militares. Própria de governos autoritários, desenvolve-se nos seus domínios, uma espécie de política do pão e porrete, onde *qualquer oposição é tratada como traição imperdoável. O poder não é visto como mandato, mas como direito privado* (SODRÉ, 1969, p.33). Os detentores do poder nesses casos dispõem de mecanismos de dominação que distanciam cada vez mais o povo da participação política.

A autonomia federativa, implantada na Bahia com a República, enfraquecia os laços de dependência ao poder central. Entretanto, apenas estados fortes como São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul se beneficiavam dessa autonomia, pois os estados fracos continuavam profundamente dependentes do governo central. Na prática, a autonomia variou de acordo o poder econômico e a capacidade de suas forças armadas. A Bahia enquanto estado intermediário continuou a depender do governo central.

Depois de 1920, segundo Pang (1979), a centralização política diminuiu consideravelmente o federalismo administrativo do governo estadual, à medida que as

oligarquias familiocráticas obtinham acesso direto ao presidente da República, sendo reconhecidas como legítimas elites locais. O Governo do Estado foi obrigado a aceitar a independência dos estados coronelistas do sertão como instituições rivais em poder e autoridade.

Essa forma de política foi reforçada pela participação dos coronéis na campanha contra Coluna Prestes, pois durante a marcha, o exército baiano não conseguiu detê-la, precisando o presidente da República recorrer aos coronéis em que foi atendido prontamente. Pang (1979) destaca que as várias unidades recebiam dinheiro e armas do governo federal e oficiais e outros homens receberam, postos como se pertencessem ao Exército e, acentua,

em princípios de 1927, os coronéis brasileiros e baianos exigiram um lugar especial na política do Estado e falavam diretamente em nome do Presidente. (PANG, 1979, p.187)

Não por acaso portanto, a Coluna Prestes, causou muitos problemas aos sertanejos, os quais foram afugentados de suas casas, sendo que muitos deles ficaram traumatizados com o que chamam de revolta. Na cabeça de muitos, aqueles fatos continuam a ser um enigma.

Segundo alguns autores, entre os quais Caio Prado Júnior, apesar do conteúdo militar das rebeliões tenentistas, elas não devem ser consideradas “militaristas”, pois o movimento foi liderado pelos tenentes e não pelas cúpulas militares, exprimindo, portanto, a inquietação das classes médias a que pertencem, e de uma burguesia progressista com anseios de renovação e mudanças. Para Forjaz (1977, p. 56).

o tenentismo é liberal-democrata, mas manifesta tendências autoritárias; busca o apoio popular, mas é incapaz de organizar o povo; pretende ampliar a representatividade do Estado, mas mantém uma perspectiva elitista; representa os interesses imediatos das camadas médias urbanas, mas se vê como representante dos interesses gerais da nacionalidade brasileira.

Um exemplo bastante claro da ideologia tenentista está expresso nas palavras escritas por membros da Coluna Prestes, em uma das salas do Paço Municipal de Condeúba, quando da sua passagem por aquela cidade: *No meio de uma aglomeração desorganizada, um bando decidido a tudo, penetra a fundo, como cunha de ferro em montão de ferragens.*¹

Devido o caráter autoritário do tenentismo, em muitos momentos, o povo era tratado como massa desorganizada e ignorante, incapaz de promover transformações. Alguns

¹ Segundo Mário Torres a frase é atribuída a Taine Rui.

membros da Coluna, se autodenominaram: bando decidido a tudo, ou seja, aqueles homens se mostravam dispostos a qualquer sacrifício em nome da purificação do regime. O povo teria papel secundário. Daí a forma como agiam com relação a esse. No discurso da Coluna, muitas vezes o povo é chamado e tratado como ignorantes. Eles sim, os membros da Coluna, com o apoio das classes médias e da população, representavam a elite revolucionária que provocaria as mudanças que o Brasil precisava.

3. A COLUNA PRESTES

Ápice do movimento tenentista para uns, ato profundamente heróico para outros, a Coluna Prestes ganhou esse nome em homenagem ao seu principal líder, o capitão Luiz Carlos Prestes. Resultado da união entre forças tenentistas paulistas e gaúchas, efetivada no dia 11 de abril de 1925, esse grupo audacioso decidiu percorrer o interior do Brasil, à procura de apoio do povo para novos protestos contra o governo oligárquico do presidente Arthur Bernardes.

A longa marcha se destinaria, essencialmente, a estimular todos os inconformados, acolhendo-os em suas fileiras. Destinava-se a construir a vanguarda das massas que entrariam triunfalmente na capital e derrocariam o regime. (SODRÉ, 1969, p. 46).

A Coluna percorreu durante dois anos, cerca de 24 mil quilômetros através de 12 estados brasileiros, percurso esse feito também pelas forças do governo com o papel de perseguir as tropas rebeladas. Entretanto, apesar do pequeno número de oficiais rebeldes, sob liderança de Prestes, Siqueira Campos e João Alberto entre outros, esses muitas vezes conseguiram escapar das perseguições por meio de brilhantes manobras militares. Em determinados momentos, a luta maior foi contra a fraqueza e o desânimo de alguns companheiros do que contra o inimigo.

Embora a Coluna tenha enfrentado o exército, foram as forças, irregulares, a tropa dos latifundiários, seus maiores adversários, em certos casos com a ajuda de policiais militares, estaduais, e outros sob comando militar.

As oligarquias estaduais representando a organização dos latifúndios, acompanharam a evolução dos rebeldes com medidas correspondentes. Na Bahia, por exemplo, os jagunços de coronéis como Horácio de Matos, poderoso chefe da Chapada Diamantina, teve um papel de destaque na perseguição à Coluna.

Para o brasilianista Neill Macaulay, os maiores problema e derrotas sofridas pela Coluna foi no sertão nordestino. Num paralelo entre ambos, ressaltando que

o vaqueiro não era individualista; seu senso de comunidade era muito mais forte do que o do gaúcho, e sua lealdade para com o chefe era virtualmente inquebrantável. Quando chamado as armas por seu patrão, o pacífico vaqueiro transformava-se num jagunço temível. (MACAULAY, 1977, p. 196 e 197).

A conjuntura política, econômica e social do sertão era delicadíssima. Palco do messianismo, do banditismo social e da ação dos coronéis, a realidade do nordeste brasileiro chocou os membros da Coluna Preste, a qual estava mal preparada para lidar com os jagunços. A decepção dos “revolucionários” é visível nas páginas do livro de Lourenço Moreira Lima, o secretário da Coluna. Para ele, o povo do sertão era quase subumano.

No interior, o povo é semi-bárbaro, não tendo noções nítidas de Pátria. Ainda está dominado pelo sentimento de escravidão e vive aterrorizado diante o seu senhor. (...) acostumado a ser esmagado pelo poder público, encara o seu esmagamento secular como uma fatalidade do destino contra o qual se senti incapaz de reagir. (LIMA, 1979, p.310)

Escandaliza-o fato de no interior do país, sobretudo o Nordeste, não ter estradas, hospitais e escolas.

Naquela conjuntura, ainda que os ideais da Coluna “fossem os mais nobres”, era impossível a adesão popular almejada, e apenas no Maranhão e Piauí houve movimentos mais sérios de caráter popular. Espalhou-se pelo interior que a Coluna era constituída por um bando de assaltantes habituados à violência. Na Bahia a luta foi ferrenha uma vez que os bernadescos conseguiram reunir ali cerca de 20 mil homens entre policiais e jagunços. Muitas forças foram acumuladas na perseguição à Coluna em territórios baianos, cuja população ficou profundamente traumatizada com o susto, os saques e as desordens vindas, sobretudo das chamadas forças legalistas.

Um dos embates ocorridos entre os dois grupos aconteceu segundo afirmação do próprio Lourenço no seu livro e de depoimentos de moradores mais velhos na região, no então povoado de Boa Vista, hoje município de Mortugaba.

Na década de 20 o município de Condeúba era profundamente extenso, abrangendo os municípios de, São João do Alípio, São Felipe, Santa Rosa, Cardeal, Carahybas e Tremedal. Esse amplo território foi palco de ação seja dos revolucionários da Coluna Prestes,

seja das forças legalistas. Daí ser comum em conversas com pessoas mais idosas, o fato delas sempre fazerem referências aos revoltosos.

4. A COLUNA PRESTES NA MEMÓRIA DE CONDEÚBA

No dia 15 de abril de 1924, os membros da Coluna Prestes chegaram a Condeúba depois de ter atravessado a nado o Rio Gavião. Entre eles, estava o secretário Lourenço Moreira Lima, que escreveu em seu livro:

A população fugira toda... Prendemos um caixeiro viajante que se escondera no mato. Pouco depois chegou um seu irmão dono de uma tipografia, na qual imprimimos um boletim. Condeúba foi a melhor cidade que ocupamos nos sertões baianos. É rica e grande, tendo várias ruas calçadas e uma boa edificação particular. Possui um belo prédio destinado a Intendência Municipal. Soltamos os presos que encontramos na cadeia, como fizemos em Minas do Rio de Contas e todos os lugares por onde passamos. Ali demoramos até a manhã do dia 17. (MOREIRA LIMA, 1979, pgs. 303 e 304).

Outros membros da Coluna estiveram em Jacaraci, e na antiga Boa Vista, hoje Mortugaba. Nessa última travaram combate com cerca de 200 inimigos. Ali naquela região, as tropas legalistas, sobretudo ligadas ao coronel Horácio de Matos perseguiram duramente a Coluna. Apesar de alguns combates e do empenho do inimigo para conseguir impedir o avanço para Minas Gerais, a capacidade da Coluna foi maior e no dia 19 de abril já estavam no Rio Pardo de Minas.

O cerco à Coluna pelas tropas dos coronéis Horácio, Volney, Franklin e outros foi grande. A tática usada foi a de avançar para Minas, com o objetivo de atrair as forças contrárias para esse Estado, a fim de retornar pela Bahia com a esperança de encontrar de novo com os amigos e receber armas e munições que mandaram pedir ao Marechal Isidório. O plano deu certo e no dia 30 de abril estavam de novo no município de Condeúba. A marcha continuou passando por várias cidades baianas como Ituaçu, Lavras Diamantinas, Cocos, Barra da Estiva, adentrando-se pela Chapada Diamantina, onde enfrentaram muitos problemas.

Além das pichações e dos editoriais publicados no jornal O Condeúba, a passagem da Coluna Prestes ficou marcada na memória coletiva das pessoas que testemunharam esse acontecimento.

Para que o episódio permanecesse na memória coletiva, o grupo social fez um longo percurso visando assegurar ao seu modo a transmissão de seus valores. A memória é o fundo de saberes que resguarda esse conjunto de informações vitais. Maurice Halbwachs (2006) acentuava a primazia da memória coletiva sobre a memória individual. Afirmava que é por intermédio do pertencimento a um grupo social que as pessoas podem adquirir, localizar e evocar as suas memórias. LE GOFF apresenta a memória coletiva como instrumento e um objetivo de poder.

As sociedades nas quais a memória social é principalmente oral, ou as que estão em vias de constituir uma memória coletiva escrita, permitem melhor compreender esta luta pelo domínio da recordação e da tradição, esta manipulação da memória. (LE GOFF, 1994, p. 57).

A lembrança dos mais idosos é de fundamental importância para a construção da memória social da comunidade sobre a passagem da Coluna Prestes em Condeúba. No processo de construção da memória social em relação a este acontecimento, os idosos são deslocados da periferia para o centro da vida social. Conseqüentemente, a comunidade vai experimentar um momento de redescoberta e valorização das pessoas mais idosas.

No momento em que o homem maduro deixa de ser um membro ativo da sociedade, deixa de ser um propulsor da vida presente do seu grupo: neste momento, de velhice social resta-lhe, no entanto, uma função própria: a de lembrar. A de ser a memória da família, do grupo, da instituição, da sociedade. (BOSI, 1994, p.64).

Evidentemente que a narrativa de cada pessoa reflete posição que ocupava naquele momento histórico e ajuda a compreender a postura adotada em relação a Coluna Prestes.

Para o senhor Remígio José da Silva, 78 anos, sobrinho do intendente da época, a Coluna Prestes portou-se de forma ordeira, não fazendo jus ao título de revoltosos:

“O meu tio João da Silva Torres, que começou a vida como intendente de Condeúba tinha um comércio, uma loja. Quando ele fugiu fez um apelo aos revolucionários. Isso foi as palavras do meu tio pra mim: Senhores revolucionários, sou um homem pobre, negocio com dinheiro a juros. Peço aos senhores que retirem d’aqui o necessário para o seu uso pessoal. Após, fechar a minha casa. E foi atendido pelos revolucionários.

(...) Depois que os revolucionários saíram, eu vim com meu pai, que era intendente ver a cidade como estava. Eles pegaram mercadorias das casas comerciais e puseram lá no paço municipal, naquela sala onde funcionava a Câmara de Vereadores. (...) então eu vi com meus olhos que a terra há de

comer se eu não morrer afogado, a latinha de esmalte e escova de dente que eles escreveram aquela frase.

(...) Compunha os revolucionários, o general Távora, o Carlos Prestes e muitos outros, mas eu não sei o nome. (...) Os soldados da polícia que vieram depois fizeram mais bagunça que os revoltosos. (...) Isso eu ainda era criança, então não procurei saber o motivo”.

Esta visão favorável aos membros da Coluna Prestes também é compartilhada pelo senhor João da Cruz, 85 anos:

“Quem era do exército não fazia bagunça não, não matava ninguém (...). Aqueles que faziam as coisas ruins era gente que entrava no bando, mas o exército que era Luiz Carlos Prestes, a parte do exército que revoltou, não. A minoria não pode vencer a maioria. Lá no Paço Municipal está escrito os dizeres que um general escreveu.”

E como a memória é um espaço de disputa, a lembrança da Coluna foi influenciada pela reação conservadora e está presente respectivamente nos depoimentos de Laurinda Maria de Carvalho, 83, anos, e de Maria Andrade, 77 anos:

“A revolta veio e quebrou as portas da casa do meu pai. Foi muito sentimento pra nós, mas passou larga pra lá (...) Roubaram requeijão. Não tinha nem um cachorro pra comer as cascas, pois a tirambada acabou com tudo. Foi um tempo feio. Ave Maria! (...) Eles matavam criação para as mangas e trazia pra rancharia. Fazia aquela danura. (...) Sube que matava gente e quando não matava judiava. Pediram um para mostra os animais de um amigo e ele não quis ir. Pegaram esse velho e botaram num cabo de burro que eles estavam montando (...) O velho foi obrigado a mostrar para não morrer.

(..) “Eles ficaram muito tempo rondando pela região e agente tinha muito medo. Dizem que era a turma de Lampião.” (Laurinda Maria de Carvalho).

“Eu me lembro que quando nós soubemos que vinha esses revoltos pra cá, naquela época agente saía tudo de carro de boi pra esconder no mato. Eu me lembro que era pequena e agente saiu e foi esconder aqui perto no Riacho Seco. Nós ficamos escondidos numa casinha no mato e só depois que terminou todo este movimento da revolta é que voltou. (...) todos fugiram da cidade.” (Maria Andrade,).

5. CONCLUSÃO

A Coluna Prestes é um tema apaixonante, não apenas pelo carisma do seu líder, o capitão Luis Carlos Prestes, mas principalmente pelo papel histórico desempenhado por ela e, sobretudo, pela capacidade e perseverança dos seus membros.

Em sua passagem pelo Nordeste despertou simpatia e apoio popular, mas principalmente medo e ódio. Isso está evidente em todas as obras sobre a Coluna Prestes e nos depoimentos daqueles que viveram aquele momento histórico.

Na Bahia e especificamente na nossa sub-região e em Condeúba, essa questão do medo e do ódio esteve bem presente. Aos coronéis da época, ligados diretamente ao presidente da República, era impossível compreender aquela “agitação” que de repente presenciaram. Revolucionários do capitão Prestes e das forças legalistas se confundiram na cabeça da população.

Sabe-se pelo livro de Lourenço Moreira Lima que os membros da Coluna que passaram pela cidade não demoraram mais que três dias. Pelos depoimentos populares, principalmente daqueles que eram moradores da cidade, constata-se que os danos causados pela Coluna propriamente dita não foram muito grandes. O que mais assustou, embora parte da população não compreendesse bem, foram as forças legalistas constituídas não apenas do Exército, mas também dos jagunços do coronel Horácio de Matos. O tempo da sua ação dentro do extenso município de Condeúba foi demasiado longo (cerca de um mês) e isso deixou traumatizada grande parte da população que não compreendeu os fatos.

Apesar do elitismo e do distanciamento do povo, a Coluna Prestes teve a ousadia de conhecer o Brasil, de pensá-lo mais livre e progressista.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGUIAR, Durval Vieira de. **Descrições Práticas da Província da Bahia**. 2ª Ed. Rio de Janeiro. Cátedra/INL, 1979.

BOSI, Ecléa. **Memória e Sociedade** – Lembranças de Velhos. 3ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

CARVALHO, Nestor Evangelista. **Breve Notícia sobre o Município de Condeúba**. IN: TORRES, Dr. Tranquilino Leovegildo. *Memória Descritiva do Município de Condeúba*. 2ª ed. Condeúba, Typographia Vieira, 1924.

FORJAZ, Maria Cecília Spina. **Tenentismo e Política**. Rio de Janeiro. Paz e Terra, 1977.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Editora Centauro, 2006.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Campinas: Editora Unicamp, 1994.

LIMA, Lourenço Moreira. **A Coluna Prestes - Marchas e Combates**. São Paulo, 3ª ed. Editora Alfa-ômega, 1979.

MEDEIROS, Rui H. Araújo. **Condeúba – Começo do Retrato**. Vitória da Conquista. Datiloescrito, 1994.

_____ e FONSECA, Humberto José. **Esboços Biográficos: Régis Pacheco**. Memória Conquistense. Museu Regional, Uesb, 1995.

MELLO E SILVA, Sylvia C. Bandeiras et al. **Urbanização e Metropolização do Estado da Bahia – evolução e dinâmica**. Centro Editorial e Didático da UFBA, Salvador, 1989.

MACAULAY, Neill. **A Coluna Prestes**. Difel. 2ª ed.

PANG, Eul Soo. **Coronelismo e Oligarquia, 1889-1943: A Bahia na Primeira República Brasileira**. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, 1979.

SAMPAIO, Consuelo Novais. **O Poder Legislativo na Bahia: Primeira República, 1889-1930**. Salvador, 1985.

SODRÉ, Nelson Werneck. **A Coluna Prestes**. São Paulo, Civilização Brasileira, 1969.

TORRES, Mário. **Os Torres**. Revista do Instituto Genealógico da Bahia. Imprensa Oficial. Bahia, 1945.